

COMO A EXPERIÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA PODE AJUDAR A DESENVOLVER O SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO DE SANTA CATARINA

Guilherme Paraol de Matos¹, Paulo Cesar Leites Esteves²

¹ Universidade Federal de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação/gparaol@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação/Instituição/paulo.esteves@ufsc.br

Resumo: O objetivo do artigo é analisar de que forma a experiência europeia pode ajudar no desenvolvimento do Sistema Regional de Inovação do Estado de Santa Catarina. O artigo foi escrito por meio de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. Primeiramente foi analisada a importância que as políticas da União Europeia exercem sobre os Sistemas Regionais de Inovação dos respectivos estados membros. Em seguida, descreveu-se as características do Sistema Regional de Inovação de Santa Catarina para estabelecer quais aspectos assemelham-se entre a realidade do estado catarinense e da União Europeia. Como resultado da análise, apresenta-se que há uma forte ligação entre as políticas regionais de Santa Catarina em relação aos países membros da União Europeia. O principal fator de entrave para um maior desenvolvimento regional se estabelece devido à forte centralização da política regional brasileira. Conclui-se que o Sistema Regional de Inovação de Santa Catarina tem muito a evoluir baseando-se na experiência da União Europeia na promoção do desenvolvimento regional.

Palavras-Chave: Sistema Regional de Inovação; Desenvolvimento Regional; União Europeia.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Sistemas Regionais de Inovação (SRI) tem sido amplamente adotado para destacar as políticas e medidas que aumentem a capacidade de inovação das regiões (SEGRS, 2016). Esse conceito foi primeiramente definido por Cooke (2004), no qual, Sistemas Regionais de Inovação consistem da interação de subsistemas de geração de conhecimento, que consistem em laboratórios de pesquisa públicas e privadas, universidades e faculdades, agências de transferência de tecnologia, organizações de formação profissional, e subsistemas de exploração, entendida como a estrutura da produção regional.

Com base nesse conceito, a União Europeia vem desenvolvendo desde a década de 90 programas voltados para o desenvolvimento regional por meio de uma Estratégia Regional de Inovação (RIS), sigla em inglês, nos seus estados membros (ASHM MIND, 2007).

O Brasil igualmente busca consolidar seu sistema de inovação, principalmente a partir da criação de várias instituições na década de 60 (OCTAVIANO, 2011). Devido as dimensões continentais e desigualdades regionais do Brasil, torna-se importante descentralizar as ações de fomento por meio da estruturação de Sistemas Regionais de Inovação nos estados brasileiros.

Santa Catarina, portanto, busca desenvolver seu SRI para fortalecer a economia local por meio de características peculiares que acarretam vantagens competitivas quando exploradas. Esse fato é retratado no relatório da Comissão Europeia, *Regional Innovation Systems In Latin America: Policy Lessons de 2010* (COMISSAO EUROPEIA, 2010).

Nessa perspectiva, torna-se importante compreender de que forma que o estado de Santa Catarina pode desenvolver seu Sistema Regional de Inovação baseando-se na experiência europeia.

2 METODOLOGIA

O artigo fora desenvolvido via pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de técnicas que buscam interpretar e descrever as partes de um sistema complexo de significados.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, abrange toda obra científica publicada em relação ao tema, sendo essas desde publicações avulsas, a jornais, boletins, livros, revistas, pesquisa, teses e afins. Seu objetivo é proporcionar ao pesquisador o contato direto com todo o material que fora escrito, filmado ou dito sobre assunto estudado (LAKATOS, 2010). A análise documental é uma técnica importante na pesquisa qualitativa, por complementar informações obtidas por outras técnicas (LUDKE, 1986).

A pesquisa foi efetuada com base em bibliografia da área de ciência, tecnologia e inovação por meio de artigos científicos e documentos disponibilizados em bancos de dados de periódicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A Experiência Europeia

A União Europeia tem promovido ativamente a regionalização e a governança regional nos estados candidatos (ASHM MIND, 2007). Os programas da União Europeia (UE) voltados a promoção de uma abordagem integrada para o desenvolvimento regional reflete essa necessidade. Estas são reforçadas pela coesão da dimensão territorial demonstrando a relevância do desenvolvimento regional nos próximos anos por meio dos programas e envia um forte sinal do grau de importância que as cidades ganharam mais uma vez nas políticas da União Europeia (SMITH, 2000).

A UE, que começou com uma abordagem tradicional para a integração regional (comércio e investimento) mudou sua ênfase para a União da Inovação. A estratégia de crescimento Europa 2020 preconiza que a UE deve tornar-se uma economia inteligente, sustentável e inclusiva (crescimento inteligente significa melhorar o desempenho em: educação, investigação/inação e sociedade digital) (TANG ET AL., 2015).

Para isso a UE tem apostado numa Estratégia Regional De Inovação, (RIS, sigla em inglês) para fomentar os Sistemas Regionais de Inovação dos seus Estados Membros. As iniciativas RIS, são um bom exemplo de iniciativas destinadas a sensibilização e estímulo à geração de mudança institucional a nível regional.

A RIS, segundo Oughton (2000), é uma metodologia que ajusta-se a projetos regionais baseado em redes de desenvolvimento formadas por diversos atores, onde as empresas definem suas necessidades e definem o plano de ação para atender a tais demandas. A rede desenvolve um consenso regional e estabelece uma estratégia clara e viável para promover a competitividade das empresas estabelecidas da região, através da inovação. Também define as ações necessárias à implementação dessa estratégia (SZCZECH-PIETKIEWICZ, 2013).

Segundo Oughton (2000), a grande vantagem dessa metodologia é a sua aplicabilidade a qualquer região genérica de um país ou a qualquer Sistema Regional de Inovação. Isso ocorre, porque os próprios atores regionais, organizados em redes, serão os responsáveis pelo processo de desenvolvimento estabelecido nas metas estratégicas e nas ações a serem implementadas (TERRA e PLONSKI, 2006).

Atualmente a Estratégia Regional de Inovação da UE está na fase 3, conhecida como RIS3 – Especialização Inteligente. Segundo relatório da Comissão Europeia (2015), estratégias RIS oferecem uma análise formal, compartilhada e rica, e mais importante, definem prioridades (verticais e horizontais), conceitos e as políticas de ajuste e instrumentos mais adequados para a visão de inovação e desenvolvimento da região.

Recentemente, a questão da "especialização inteligente" surgiu como uma resposta aos desafios colocados pela competitividade regional num contexto global. A ideia por trás disso é que todas as regiões devem encontrar certos nichos de mercado onde podem ganhar uma vantagem competitiva e/ou comparação, e concentrar seus esforços (pelo menos em termos de promoção) destinadas a incentivar o seu desenvolvimento e consolidação, de uma forma que tem um efeito de arrastamento sobre o resto da economia (COMISSÃO EUROPEIA, 2016).

Iniciativas RIS produzem como saída uma estratégia de inovação regional, geralmente mobilizando uma combinação de instrumentos para atuar em nível regional,

criando o ambiente certo, em particular para as instituições, as condições para incrementar a capacidade de inovação da economia regional (TERRA e PLONSKI, 2006).

O conceito de especialização inteligente é agora uma importante força motriz por trás do novo programa emblemático “União da Inovação” da Comissão Europeia e também das reformas da política de coesão da Europa (MCCANN e ORTEGA-ARGILÉS, 2013).

3.2 Sistema Regional de Inovação de Santa Catarina

Baseado na experiência europeia apresentada anteriormente, busca-se nesse momento compreender o Sistema Regional de Inovação Catarinense. No estado de Santa Catarina, há diversas instituições que caracterizam o SRI compostas pela academia, empresas privadas e poder público. Essas entidades são atores responsáveis por estruturar as relações que estruturam e dão sustentabilidade para o desenvolvimento do SRI do estado.

Destaca-se, principalmente a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1960 e a criação de outras entidades como a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) em 1965 e a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Sistema Acafe) em 1974, compondo a rede de instituições acadêmicas juntamente com demais instituições de ensino. Ainda há o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SC) criado em 1972, Instituto Euvaldo Lodi/SC ligado à Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) de 1969. Essas instituições estão conectadas com as empresas privadas, e as mesmas compõem o viés da indústria. A Secretaria Estadual (Núcleo Estadual de Ciência e Tecnologia), Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) em 2005, Funcitec (1992), posteriormente Fapesc (2005), e as diversas secretarias do Sistema Estadual de Ciência Tecnologia e Inovação que compõe o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Concect), cumprem o papel coordenador que compete ao estado. Cabe a Fapesc a função de corresponder a principal agente financiadora das políticas realizadas pela Secretária do Desenvolvimento Econômico Sustentável (FAPESC, 2011).

Os objetivos da política regional brasileira são semelhantes aos da política de coesão da UE pelo qual é claramente inspirado, embora sua intervenção abrange um tamanho de área e população muito menor, em termos relativos, a um coberto pela intervenção regional da UE (COMISSAO EUROPEIA, 2010).

Segundo relatório da Comissão Europeia (2010) o modelo de Santa Catarina aparece bem avançado em termos de descentralização regional, provavelmente mais do

que alguns Estados-Membros da UE. Em conclusão, a análise do sistema SC de inovação deve ser enquadrada em um modelo bastante complexo e rico de governação que contém recursos descentralizados e reflete um processo contínuo, dinâmico de organização política no Brasil. Sendo fundamental para responder às crescentes exigências de participação e as disparidades crescentes decorrentes de um crescimento económico muito rápido e distribuído de forma irregular dentro de um país imenso e diversificado (COMISSAO EUROPEIA, 2010).

O sistema de inovação de Santa Catarina é, portanto, caracterizada por um tipo de estrutura dual; primeiramente constitui-se principalmente de micro e PME, com um forte foco em treinamento e assistência técnica. A segunda com empresas de médio e grande porte e com empresas que têm mais potencial de inovação e possibilidades de adoção de novas tecnologias e podem ter acesso ao financiamento público para a investigação aplicada pelo elaboração de projetos por indivíduo ou mais vezes por um grupo de empresas (COMISSAO EUROPEIA, 2010).

O relatório conclui sugerindo que pode haver muitas trocas potencialmente frutíferas e transferência de know how com as regiões da UE. Destaca-se a atualização de métodos de inovação e práticas de PME em distritos tradicionais e configurar e adaptar os instrumentos e instituições políticas (COMISSAO EUROPEIA, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo se propôs a analisar de que forma a experiência europeia pode ajudar no desenvolvimento do Sistema Regional de Inovação do Estado de Santa Catarina. A UE possui uma grande experiência no desenvolvimento de Sistemas Regionais de Inovação, destacando-se a existência de uma Estratégia Regional de Inovação existente desde a década de 90.

Essa estratégia já está na fase 3 e orienta todas as políticas de desenvolvimento regional dos estados membros da UE. Na análise do Estado de Santa Catarina percebe-se que há instituições que cooperam de forma sinérgica promovendo a descentralização das ações de fomento a inovação. No entanto, a centralização dos programas Federais ainda é relevante.

Por fim, se estabelece que o estado de Santa Catarina pode aprender com a experiência europeia para desenvolver o seu Sistema Regional de Inovação, baseando-se em estratégias, planos, conceitos e intercâmbios de experiências. Isso ocorre principalmente pela semelhança de políticas públicas existente entre as mesmas. O

intercâmbio entre áreas estratégicas do de estado Catarinense e a comunidade Europeia devem ser explorados como uma oportunidade para o desenvolvimento regional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a bolsa de mestrado concedida pela FAPESC e pela CAPES, possibilitando a realização da pesquisa. Agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação pela oportunidade de realizar pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMIND, Ashm. Política Regional Numa Economia Global. In: **Seminário Internacional “Políticas de Desenvolvimento Regional: Desafios e Perspectivas à Luz das Experiências da União Europeia e Brasil.”** Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e Brasil. Brasília: Ministério da Integração Nacional, p. 11 – 18, 2007.

COMISSÃO EUROPEIA. **REGIONAL INNOVATION SYSTEMS IN LATIN AMERICA: POLICY LESSONS** [s.i]: Ismeri Europa, 2010. 67 p.

COMISSÃO EUROPEIA. **EU-LATIN AMERICA COOPERATION ON REGIONAL INNOVATION STRATEGIES IN THE FRAMEWORK OF REGIONAL POLICY.** [s.i]: European Union, 2015. 71 p.

COMISSÃO EUROPEIA. **EU-PERU COOPERATION ON REGIONAL INNOVATION SYSTEMS IN THE FRAMEWORK OF REGIONAL POLICY.** [s.i]: European Union, 2016. 67 p.

COOKE, P. **Integrating Global Knowledge Flows for Generative Growth in Scotland: Life Sciences as a Knowledge Economy Exemplar**, in Potter, J. (ed.) *Inward Investment, Entrepreneurship and Knowledge Flows in Scotland – International Comparisons*. Paris: OECD, pp. 73-96, 2004.

FAPESC. **HISTÓRICO**: Breve histórico da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e das instituições que a originaram. [2011]. Disponível em: <http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=27>. Acesso em: 08 abr. 2015.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MCCANN, Philip; ORTEGA-ARGILÉS, Raquel. Smart Specialization, Regional Growth and Applications to European Union Cohesion Policy. **Regional Studies**, [s.l.], v. 49, n. 8, p.1291-1302, 14 jun. 2013.

OCTAVIANO, Carolina. **A institucionalização da pesquisa e o sistema nacional de CT&I no Brasil**. [2011]. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=67&id=850>>. Acesso em 15 de maio de 2015.

OUGHTON, C. **Catalysing Innovation and Growth**: The European Commission's RIS Initiative. Seminário para Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de C&T e International Conference Rio 2000 Triple Helix, 2000.

SEGERS, Jean-pierre. Regional systems of innovation: lessons from the biotechnology clusters in Belgium and Germany. **Journal Of Small Business & Entrepreneurship**, [s.i.], v. 28, n. 2, p.133-149, 21 jan. 2016.

SMITH, K. Innovation as a systemic phenomenon: rethinking the role of policy. **Enterprise and Innovation Management Studies**, 73–102, 2000.

SZCZECH-PIETKIEWICZ, Ewelina. COMPETITIVENESS OF POLISH CITIES IN A EUROPEAN ENVIRONMENT. **Wroclaw University Of Economics**, Varsóvia, v. 2013, n. 282, p.58-67, 2013.

TANG, Mingfeng, Angathevar Baskaran, Hui Yan & Mammo Muchie. Strengthening regional integration/cooperation with the Neighbourhood System of Innovation conceptual framework: the case of China and ASEAN. **Asian Journal Of Technology Innovation**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.205-229, 4 maio 2015.

TERRA, Branca Regina Cantisano; PLONSKI, Guilherme Ary. **Metodologias para Formação de Redes de Desenvolvimento – Um Estudo Benchmarking da Regional Innovation System – RIS, na União Européia - UE e das Plataformas Tecnológicas – PLAT, no Brasil**. In: XXIV Simpósio De Gestão Da Inovação Tecnológica - Inovação Em Redes & Redes De Inovação, 24, Gramado, 2006.